

CARTA DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO DOCE

Ao:

- Comitê Interfederativo – CIF/CTOS.
- Conselho Consultivo/Renova
- Conselho Curador/Renova e a Diretoria
- Outros interessados.

SOBRE A REGIÃO:

A Planície Costeira do Rio Doce é uma das mais ricas regiões do Espírito Santo, seja esta riqueza ambiental ou cultural. Trata-se de uma região sedimentar formada ao longo do tempo pelos sedimentos carreados pelo Rio Doce no polígono continental da Barra do Riacho (Aracruz) até o município de Conceição da Barra. Região com muitas comunidades tradicionais, ambientes sensíveis que compõem um importante complexo hídrico e um ecossistema preservado e fragilizado; o que levou o MMA a decretar a região como área de relevante importância para a conservação, a qual abriga importantes unidades de conservação, o Corredor Ecológico Socongo, o Mosaico das UCs da Foz do Rio Doce e Polos de Educação Ambiental da Mata Atlântica.

Mais próximo à foz, no litoral do município de Linhares, tem importantes comunidades tradicionais no tocante a preservação socioambiental e a cultura: Povoação, Regência Augusta, Terra Indígena de Comboios, Areal e Entre Rios (mais próximas à foz) e Degredo/Cacimbas e Pontal do Ipiranga mais ao norte. Comunidades essas que viviam dependentes do rio e do mar e seus atributos: a pesca, o turismo, o lazer, entre outros; e hoje estão sem perspectivas, fragilizadas, vulneráveis de forma socioambiental e socioeconômica. Essas comunidades já possuíam em suas estruturas organizacionais inúmeras associações de moradores, pescadores, culturais, de artesanato, comerciais, grupos independentes, escolas, religiosos/igrejas, grupos artísticos, grupos socioprodutivos, times de futebol, entre outros; que, de alguma forma, buscavam soluções para seus problemas e melhores condições de vida sustentável, a proteção socioambiental, de geração de trabalho e renda, de proteção da sua cultura e da sobrevivência. Apesar das históricas dificuldades, da pouca oportunidade de emprego, dos inúmeros problemas e divergências de ideias, eram felizes, cooperativos; encontravam a sustentabilidade (econômica, social, cultural e ambiental) em seu ambiente e tinham perspectivas. Lamentavelmente este tecido social foi rompido pela lama de rejeitos da mineração e todo o ambiente teve sua paisagem (natural e sociocultural) fortemente alterada.

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Quando a barragem da Samarco em Mariana rompeu, em 5 de novembro/15, as comunidades da foz estavam com um grupo de governança formado por instituições públicas (governo federal, estadual e municipal), comitês de bacias, instituições comunitárias, universidades e outras, debatendo e buscando melhorias para o Rio Doce, para os problemas da pesca, alternativas de geração de trabalho e renda, do turismo - com um programa de turismo ambiental sendo construído - para a melhoria e a proteção socioambiental e dos problemas sociais.



Dessa forma, desde o rompimento da barragem, até o dia 21 de novembro/15 quando a lama de rejeito da mineração chegou ao mar, e até o presente momento, este grupo de governança já articulado, passou então a dialogar com diferentes atores em várias instâncias, a empresa Samarco e por último com a Renova na tentativa de buscar medidas mitigadoras para minimizar os impactos socioeconômicos e socioambientais, alertando para os problemas, tentando buscar soluções, mostrar a dimensão da tragédia na mídia, colaborar com as pesquisas, cobrar resultado e ações mais imediatas para diminuir o sofrimento da população e os impactos, criando uma governança colaborativa. Por outro lado - também muito necessário e importante para o momento - outros grupos de moradores e instituições vinham fazendo frente à tragédia anunciada, na forma de manifestações, protestos, denúncias, campanhas de recolhimento de doativos, representações judiciais e extrajudiciais em diversas instâncias e o acompanhamento de pesquisas paralelas independentes.

Os dois principais problemas enfrentados pelas comunidades foram: a preocupação com a contaminação do Rio Doce, base de sustento das famílias destas comunidades aliada a perda da fonte de renda da maioria dos moradores que dependiam da pesca, do turismo e das atividades de agricultura, dentre outras. A questão da contaminação do rio teve a dedicação dos órgãos ambientais junto à Samarco, por outro lado, a questão socioeconômica as lideranças comunitárias se empenharam em opinar nas medidas de solução do problema.

Assim, diante da problemática da falta de trabalho e renda para a maioria da população aliada a possibilidade entrega de cartões com auxílio emergencial a essas pessoas, foi sugerido pelas lideranças comunitárias da Foz, que a Samarco utilizasse como base de informação e critério para distribuição dos cartões auxílio, a listagem do PSF (Programa da Saúde Familiar e outros dados das comunidades) eis que ali se encontram registradas todas as famílias residentes nestas comunidades, assim também como o reconhecimento dos pescadores locais.

Vale salientar que por diversas vezes foi solicitado que assim procedessem para evitar injustiças e erro na distribuição de cartões.

Entretanto a mineradora começou a distribuição de forma diferente do pedido reiterado diversas vezes pelas lideranças, diferente do pedido das comunidades de utilização da lista do PSF para validar os moradores e famílias impactadas. Alguns dias se passaram após o rompimento e o que nós moradores recebemos na época, foi à presença de uma empresa para cadastramento de atingidos, empresa essa formada por dezenas de pessoas jovens que não conheciam a comunidade e muito menos estavam se valendo das informações reais sobre as famílias destas comunidades, o seja, o cadastro do PSF, as características locais, os diferentes tipos de impactos, a forma de composição dos núcleos familiares, entre outros fatores.

Nesse momento a confusão e a injustiça começaram. Dezenas de cartões sendo entregues às pessoas que de fato não moravam na comunidade, a insatisfação dos reais moradores, as críticas às lideranças e associações como se essas fossem as culpadas pelos erros e a desordem social.

Em janeiro/16, os diversos setores das comunidades juntamente com as instituições públicas e outros, resolveram avançar na busca de soluções e proposições para cobrar da Samarco maior eficiência na mitigação e reparação imediata dos danos. Realizaram então, oficinas de pensamento, discussão e elaboração de um Plano de Ações e projetos imediatos, de médios e longos prazos capazes de melhorar a situação vivida, onde cada seguimento pode colocar suas aspirações, sentimentos e propostas, se transformando em um plano de ações presente e futuro da região.



O citado Plano, na época, foi encaminhado várias vezes à Samarco, BPH Blinton, entregue na mão da então Ministra do Meio Ambiente, encaminhado ao Governo do Espírito Santo e ao município quando o acordo do TTAC estava sendo elaborado, depois a Assembleia Legislativa do ES, ao Ministério Público e ao CIF quando foi criado; por último, entregue várias vezes a diretoria e aos muitos gestores da Fundação Renova. Entretanto, sem muito êxito. Agora, algumas ações menores, emergenciais, começaram a ser iniciadas lentamente pela Renova em um processo lento e burocrático, porém, as ações mais estruturantes e os muitos programas e ações não vem sendo dialogados com as comunidades pela Renova ou mesmo pelo Sistema CIF.

Continuando na busca de soluções e melhorias, as instituições e o Grupo Gestor continuaram a encaminhar ofícios a essas diversas instâncias cobrando e apresentando soluções, participando de reuniões e oficinas de debates construtivos, de Fóruns, Conselhos, Comitês, buscando outros parceiros para projetos, elaborando e desenvolvendo projetos e ações socioculturais, socioeconômicas e ambientais, entre outros. Sem muitos resultados práticos.

Passados três anos, alguns critérios foram adotados pela Fundação Renova a fim de indenizar os impactados, entretanto, além da morosidade, a injustiça persiste.

Impactados

De acordo com o a FUNDAÇÃO RENOVA, temos as seguintes referências:

IMPACTADOS: as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades que tenham sido diretamente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão nos termos das alíneas abaixo do TTAC:

- a) Perda de conjugue, companheiro, familiares até segundo grau por óbito ou desaparecimento;
- b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica;
- c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel;
- d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele;
- e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentância das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas;
- g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas;
- h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações;
- i) danos à saúde física ou mental;
- j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.

2

III. **INDIRETAMENTE IMPACTADOS:** as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem nos incisos anteriores, que residam ou venham a residir na **ÁREA DE ABRANGÊNCIA** e que sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais em decorrência das consequências ambientais ou econômicas, diretas ou indiretas, presentes ou futuras, do rompimento da barragem de Fundão, que serão contemplados com acesso à informação e a participação nas discussões comunitárias, bem como poderão ter acesso aos equipamentos públicos resultantes dos PROGRAMAS.

Assim, citados os critérios da Fundação Renova, passamos para a realidade e obviedade da injustiça que está sendo praticada nas comunidades.

Após três anos do rompimento da barragem, a insatisfação de mais de 40% dos moradores paira sobre os principais fundamentos:

Exemplos:

- 1) recebi uma carta dizendo que sou impactado indiretamente;
- 2) recebi um valor de indenização de R\$ 11.200,00 mas estou esperando o meu cartão;
- 3) ainda não fui chamado para conversar sobre a minha indenização;
- 4) sou morador de Regência e não recebi o cartão de auxílio financeiro para minha família;
- 5) muitas atividades ligadas a cadeia produtiva do turismo não foram reconhecidas e indenizadas (artesãos, artistas, vendedor ambulante/de coco, condutores de ecoturismo, outros). Porém, algumas pessoas como artista plástico foram indenizadas, enquanto outros não, mostrando a falta de parcialidade;
- 6) algumas mulheres de pescadores foram indenizadas, enquanto outras, nas mesmas situações e características não foram.
- 7) a política do pescador de fato, apesar de o CIF ter aprovado, ainda está parado no Conselho Curador e na diretoria. Os pescadores com protocolos anteriores a 2014 ou q por erro do Estado não estão na lista da Seap, ainda não foram indenizados. Toda a cadeia produtiva da pesca também ainda não tem política e não foi indenizada;
- 8) o surfe ainda não foi reconhecido.

Sendo assim, listadas as principais insatisfações, passamos a fundamentar e solicitar:

Pois bem, analisemos um fator:

Sobre a Renova afirmar que os moradores destas comunidades foram impactados indiretamente, a comunidade protesta e quer a validação e reconhecimento de todos moradores como impactados **DIRETAMENTE**, visto que além de preencherem os requisitos constantes em uma ou mais alíneas dos critérios de **IMPACTADOS DIRETAMENTE**, a saber, principalmente da alínea "j" que diz:

j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.

Listaremos então alguns fatos corriqueiros na comunidade de Regência que comprovam e fundamentam este item:

- a) Fim da rotina pesqueira na comunidade;
- b) Trânsito diário de caminhões de água potável para abastecer a vila de Regência, provocando rachaduras nas casas e intensidade de outros veículos com riscos a integridade, principalmente das crianças;
- c) Incerteza sobre a qualidade da água e do pescado em todas as comunidades;
- d) Preocupações futuras sobre a saúde dos moradores da foz do Rio Doce;
- e) Presença de empresas de pesquisas e pesquisadores diariamente na vila, enquanto moradores estão parados;
- f) Reuniões e mais reuniões desgastantes sobre o assunto Lama e pouca ou nenhuma efetividade e respostas;
- g) Perda de vínculos afetivos por injustiças cometidas na distribuição de cartões de auxílio;
- h) Depressão em pessoas idosas com falecimentos corriqueiros (11 casos de falecimento em Regência em 2018)
- i) Instabilidade emocional na vida das crianças e outros moradores;
- j) Perda do convívio e de perspectivas futuras com o turismo de qualidade;
- k) Rompimento do arranjo produtivo socioeconômico de base comunitária peculiar em cada comunidade;
- l) Etc..

Poderíamos listar o abecedário várias vezes e ainda existiriam fundamentos para comprovar que os moradores das comunidades da Foz do Rio Doce SÃO TODOS DIRETAMENTE IMPACTADOS de formas diversas.

CONSIDERAÇÕES E CITAÇÕES DE PROBLEMAS:

- 1- Apesar das mortes de pessoas nos distritos do município de Mariana e da perda de habitações e desabrigado em Paracatu, Gesteira, Bendo Rodrigues, Barra Longa e outros, os impactos - apesar de diferentes e incomparáveis - não foram maiores ou menores dos gerados pela lama de rejeitos do minério em algumas comunidades capixabas como a Foz do Rio Doce (região estuarina e mar). Aqui as vidas estão sendo ceifadas lentamente, se morre aos poucos. Perderam-se referências (sociais, culturais, econômicas, geográficas de existência), plataformas econômicas sustentáveis, espaços de lazer e recreação, de convívio, histórias, culturas, perspectivas de vida, incalculável patrimônio ambiental que provocou o rompimento do tecido social das comunidades. Sendo que até o momento, nada foi feito na área de proteção e assistência social e a saúde para mitigar o avanço desses problemas, como atendimento psicológico e de assistência social. As comunidades estão cada dia mais doentes. Somente em 2018, 11 idosos faleceram em Regência, sendo que este índice era de no máximo de 2 por ano.
Nas Unidades de Saúde aumentaram o índice de algumas patologias e surgiram outras que não preexistiam.
- 2- Lamentavelmente, apesar de muitas soluções estarem próximas, dentro da Renova são dificultadas e executadas com morosidade, de forma muito tecnicista e burocrática – justificadas pela diretoria como entraves no jurídico e no complice; o que leva às comunidades, muitas vezes, a descreditarem do sistema institucionalizado pelo TTAC e se perguntarem: Será que esse sistema com CIF/Renova acordo realmente foi a melhor opção? Quanto custa a Renova e seu alto padrão de qualidade com um

time formado pelos melhores do mundo? Quanto custa às inúmeras empresas de consultoria que a cada dia mais aparecem nas comunidades para simplesmente produzir diagnósticos sem respostas e devolutivas às comunidades enquanto nada de concreto é implementado? Será que as soluções não estão mais perto das comunidades e mais simples? A Renova alega que, principalmente no processo de indenizações, que o problema é a falta de políticas advindas do CIF e das câmaras técnicas.

O sistema de gestão da Renova está muito grande, complexo, burocrático, tecnicista, empresarial, amarrado e moroso.

- 3- As ações estão muito aquém do que as necessidades e urgências de mitigação e soluções dos problemas, que avançam rápido e deixam a cada dia mais danos materiais, sociais e psicológicos.
- 4- Os pescadores e outras pessoas estão cada dia mais doentes por estarem se sentindo improdutivos, sem perspectivas, enquanto muitas empresas de consultoria chegam com barcos para ganharem rios de dinheiro, sem envolver a mão de obra local.
- 5- Alunos da escola de Povoação estão estudando em salas alternativas devido ao aumento da população, enquanto o projeto da renova ainda está no papel.
- 6- As comunidades estão tendo problemas sociais devido à migração (a vinda de muitas famílias de outros municípios e estados – em Degredo a população dobrou).
- 7- Voluntários vêm envolvendo crianças e jovens em atividades sociorrecreativas e educativas como escolinhas, enquanto a Renova está buscando por ações mais inteligentes.
- 8- A comunidade ribeirinha de Entre Rios, Areal e outras, estão sem perspectivas socioprodutivas e sem saber se os poucos alimentos que ainda produzem estão bons para o consumo.
- 9- As comunidades não têm respostas quanto à qualidade da água, dos peixes e da contaminação do lenço freático.
- 10- Atividades socioeconômicas que eram desenvolvidas, como o artesanato, os ilheiros, pequenos agricultores e outros, ainda não foram reconhecidos e indenizados, e nem tem perspectivas.
- 11- Está se criando um processo muito burocrático para o pagamento das indenizações com grandes exigências de documentos como escrituras de ilhas, balanços financeiros, comprovação de união estável e outros documentos para populações tradicionais que viviam em modelo informal (não na informalidade). Os impactados tem que esperar mais de três meses para receberem a indenização após o acordo assinado. Um exemplo é uma pessoa que tem um parente que trabalha ou trabalhou em funções públicas como garí ou guarda-vidas tem que esperar meses para a diretoria da fundação decidir se a pessoa pode ou não receber.
- 12- As comunidades não recebem devolutivas da Renova, e quando acontecem, respostas vagas e inconsistentes.
- 13- A cada dia mais se vê grandes empresas de consultoria chegando de fora para fazer diagnósticos e projetos (dos quais muitos já existem), alguns que não condizem com a realidade, enquanto a população está ociosa, precisando de emprego e com o comércio parado. Poderia se fazer licitações mais localizadas/regionais para se utilizar microempresas e mão de obra local.
- 14- Grandes empresas de logística trazendo barcos de fora enquanto os pescadores estão com suas embarcações apodrecendo nos portos.
- 15- Os pescadores já apresentaram várias propostas socioprodutivas para inseri-los em trabalhos de pesquisas, reflorestamento, de mitigação dos impactos e compensações, mas não foram aceitas, e nada de concreto lhes foi apresentado ainda.

- 16- O surfe, que é uma grande ferramenta para o desenvolvimento do turismo, de preservação e benefício social não tem apoio e não recebem informações se a água do mar está ou não contaminada; se tem risco à saúde. Tão pouco, foram reconhecidos como impactados.
- 17- É inconcebível que, enquanto os impactados estão com dificuldades em receber suas indenizações, a Renova tire o dinheiro que seria para beneficiar os impactados para ajudar a médias empresas de reerguerem ou para dar aos bancos emprestem a empresários e outros que não tiveram nenhum impacto nos centros dos municípios. Com juros além dos praticados no mercado.
- 18- Apesar de o CIF ter aprovado uma nova política de reconhecimento e indenização aos pescadores de fato (amplamente discutida com a Renova, os pescadores e na CTOS) esta política ainda se encontra parada no Conselho Curador da Renova e com a diretoria.
- 19- A insatisfação gerada muitas vezes pela falta de informação clara e transparente da Fundação Renova para com o morador pode gerar falsas expectativas.
- 20- a Fundação RENOVA nesse programa de indenização, ainda não trabalha com prazos para as etapas do processo indenizatório. Agindo assim causa transtorno emocional e financeiro na pessoa impactada que almeja o desfecho dessa situação angustiante e de prejuízo econômico. O prazo que existe dentro desse programa serve para aumentar ainda mais os desgastes financeiros e emocionais que é o de 90 dias para pagamento após a assinatura do acordo. Ou seja, não bastam tanta morosidade, a fundação, para findar um acordo impõe 3 meses mais de espera.
- 21- Muitas famílias não foram reconhecidas, o chamado núcleo familiar pela Fundação Renova, em virtude do procedimento adotado pela própria Fundação em não ter como informação base de distribuição dos cartões o PSF que retrata em aproximadamente 100% o espelho das famílias que residiam em Regência, Areal e Entre Rios na época do Rompimento da Barragem. Através do histórico vivido por esta comunidade, apresentado nas primeiras folhas desta carta, é notório perceber, que a injustiça ainda existe na comunidade por ERRO GROSSEIRO da Fundação Renova, porém, ainda passível de reparação.
- 22- Os protocolos e carteiras de pesca antes de 2014 não estão sendo aceitos como comprovação da atividade laboral do pescador.
- 23- Pessoas que trabalhavam em diversas áreas do turismo (condutores de ecoturismo, vendedor de água de coco, artesãos e outros) que perderam renda e oportunidades, não estão sendo reconhecidos e indenizados pela Renova.

Diante ao exposto segue:

PROPOSIÇÕES, REIVINDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES:

- 1 – Que solicitamos que a Renova faça a revisão dos cadastros das pessoas tidas como indiretamente impactadas, para que seja concedido às mesmas o direito à reparação, que no mínimo sejam ressarcidos individualmente por dano moral no valor não inferior à R\$ 10.000,00, nos parâmetros legais e para aqueles que perderam o seu posto de trabalho e fonte de renda decorrente do rompimento da barragem, tenham oportunidade prová-los, mediante documentação.
- 2 - Solicitamos que a Renova preste os devidos esclarecimentos a essas pessoas que receberam o dito valor, em prazo razoável de 30 dias á fim de que cessem essas dúvidas.



3 - solicitamos que a Fundação Renova juntamente com a empresa Sinergia- responsável pelos cadastros, façam em caráter de urgência, uma reunião nas comunidades para apurar as famílias registradas no PSF/2015 que ainda não foram reconhecidas. Solicitamos que essa reunião seja aberta assim como as demais que estão sendo realizadas.

4 - Respostas coerentes acerca dos cadastros e indenizações e a celeridade do processo e dos pagamentos com revisões nos cadastros, pois tem muita gente sendo prejudicada por informações inconsistentes e ou não condizentes com a realidade dos impactados. Que os indenizados não tenham que aguardar três meses para receber a indenização após a assinatura do acordo. O fim da regra de que os impactados com parentes na administração pública em cargos sem relevância de poder de decisão tenham que passar pelo crivo da diretoria e esperar três meses para receber. Que uma vez reconhecidos e o processo validado, sejam logo indenizados, sem aguardar aval da diretoria.

5 - Respostas ao comércio e o reconhecimento de todo o setor do turismo, todos que de alguma forma sobreviviam do turismo.

6 -- Aceleração nos processos de indenizações, reconhecendo todos que tinham alguma atividade laboral e foram impactados de alguma forma, mesmo os danos imateriais e morais.

7 - Foi observado e orientado no diagnóstico de turismo realizado pela Renova que a pavimentação asfáltica das vias de Regência e Povoação são imprescindíveis para o desenvolvimento do turismo, porém, a proposta ainda não foi viabilizada e discutida com as comunidades. Que as vias sejam pavimentadas dentro do projeto de compensações, para alavancar o turismo e melhorar a mobilidade dos moradores das comunidades da foz com melhor acesso à educação, saúde e outros.

8 - Muitos comerciantes ainda continuam sem serem indenizados. Não estão recebendo nem retorno. Aceleração no processo de cadastro, reconhecimento e indenizações dos mesmos.

9 - A estação de tratamento de água de Regência ainda continua parada, e a comunidade sem respostas. Respostas claras sobre o fornecimento de água em Regência e estudar possibilidades de melhorias do fornecimento da água em Povoação.

10 – Urgente resposta à população quanto à qualidade dos peixes e da água do rio, do mar (points e outros) e do lençol freático.

11 – Urgente implantação de ações emergenciais do Programa de Proteção Social e a saúde com psicólogos, assistentes sociais, médicos e outros. Melhoria do sistema de atendimento a saúde e assistência social conforme o que vem sendo elaborado com os municípios e já foi implantado em Mariana.

12 - Urgente implantação dos projetos e programas de geração de trabalho e renda, conversado com as comunidades, de acordo com os Planos de Ações e os arranjos produtivos locais, pois a economia destas comunidades era de base comunitária onde um setor girava o outro, exemplo da pesca com o turismo/comércio. Implantação das demais ações socioculturais e educativas demandadas no Plano.

13 – Alternativas para o setor pesqueiro e a efetiva implantação dos projetos e ações para os pescadores, conforme propostas e planejamentos existentes, elaborados por eles e seus parceiros. Urgente implantação dos 120 tanques de aquaponia aprovado no CIF e, parado na Renova.



14 – Projetos de revitalização e reflorestamento do Rio Doce, Lagoas e outros corpos hídricos de Linhares à foz, envolvendo as comunidades, principalmente os pescadores.

15 – Melhorias das escolas locais (Regência e Povoação) e a urgente construção das duas aulas na escola de Povoação, que está funcionando com duas turmas em salas alternativas enquanto o projeto há mais de um ano não sai do papel.

16 – Implantação urgente, do programa alternativo de recuperação da agricultura sustentável (lavoura cacaueira das comunidades ribeirinhas e ilhas, entre outros), principalmente na Entre Rios e outros.

17 – Implantação do programa e ações imediatas de fortalecimento da cultura local/regional.

18 – Elaboração e implantação do programa de educação socioambiental a ser debatido e construído com as comunidades, considerando as práticas, projetos e ações que já são desenvolvidas pelas escolas e outras instituições locais envolvendo os Comitês de Bacias; pois o programa está sendo construído somente com especialistas, o poder público e alguns projetos/ instituições de MG, SP e outras localidades. No encontro de boas práticas de projetos de educação ambiental realizado pela Renova, teve somente um projeto do ES, do sul do Estado; pois não houve divulgação e mobilização local e regional.

19 – Que os municípios do ES, principalmente o de Linhares (região da foz) sejam contemplados na divisão dos recursos de multas pelo CIF, pois somente os municípios mineiros estão recebendo os recursos, sendo que os impactos foram em toda a calha.

20 – Também, que os recursos destinados a compensações contemplem de forma igual os municípios capixabas e mineiros, considerando que os impactos não foram somente em Mariana e Barra Longa.

21 – Que todos os programas contemplem os municípios capixabas. Não foi só o município de Mariana e Barra Longa que sofreram grandes impactos sociais, econômicos e ambientais.

22 – Aceleração e concretização do programa de saneamento com a implantação do sistema de tratamento de esgoto das comunidades da Foz.

23 – urgente debate, construção e implantação participativa do Programa de Turismo, Esportes, Educação e Cultura, principalmente o turismo com ações estruturantes.

24 - Todos os questionamentos citados, foram encaminhados ao CIF, à Renova e outras instâncias, porém, como as comunidades demonstram, e todos podem perceber, quase nada ainda foi solucionado, e as comunidades continuam desassistidas.

25 - Observar a singularidade das comunidades e o arranjo produtivo local, a ruptura do tecido social destas comunidades e os impactos gerados e ainda a serem observados e a composição dos núcleos familiares.

26 - priorização da mão de obra e dos serviços locais, de acordo com o TTAC. Priorizando as pessoas sem cartão e com baixa renda, sendo que muitas empresas, como a Bicho do Mato e outras, chegam com pessoal e embarcações, ganhando rios de dinheiro, enquanto os moradores ficam sem emprego e renda. Temos muitos biólogos e estudantes da área e outros afins, mateiros, pescadores que conhecem o rio, entre outros profissionais que tem muito saber, expertise e conhecimento da região e dos impactos causados.

Q

'27 - aceitação dos protocolos do RGP antes de 2015, mesmo os invalidados.

Finalizamos essa carta na certeza de que alcançaremos os nossos objetivos para que de fato possamos encerrar essa fase de injustiça com nossos irmãos.

Linhares, Foz do Rio Doce, 27 de setembro de 2018.

ATENCIOSAMENTE

Instituições e setores comunitários da região da Foz do Rio Doce

[Handwritten signature]
CIA DE ARTES

Marcos Messias Oliveira - Associação Comércio

Adelir Bonauto. ASSOCIAÇÃO DE ARTESANATO - PRESIDENTE

Marcos Adilson de Assis ASPER

Sebastião Eugênio de Sá ASSOCIAÇÃO Ribeirinha
De Entre Rios

FAPRO GAMM COME ASSOCIAÇÃO DO MORADOR DO
CONSELHO FISCAL DO REGIÃO

[Handwritten signature]

31.473.517/0001-21
Associação dos Com. e Empreendedores
do Distrito de Povoação e Região
R. Beresford M. Moreira, s/nº Povoação
Povoação / Linhares - ES Cep:29919-500

Michel Reis, CEO - ENEP. P. urbana Rev. Costa Povoação

Associação Cultural e
Folclórica de Povoação
CNPJ 23 571 438/0001 25

PRESIDENTE ACFP
CLAUDIONOR SOARES
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E
FOLCLÓRICA DE POVOAÇÃO

[Handwritten signature]
APAP - ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES
E ASSINELHADOS DE POVOAÇÃO

CNPJ: 08.173.274/0001-94
Av. Praiana, CEP 29914-555
Povoação - Linhares - ES

AMAPRD
Associação de Moradores e Amigos de
Povoação do Rio Doce - AMAPRD
R. Cleves Martins Moreira
Povoação - Linhares - ES
CNPJ: 36.022 457/0001-40